

VISÃO DO CORREIO

Enfrentamento a bets segue a desejar

Instalada para apurar os impactos das apostas on-line no orçamento das famílias brasileiras e levantar informações sobre o possível envolvimento de sites de jogos de azar com organizações criminosas, a CPI das Bets caminha para o seu desfecho reforçando a sensação de que o país precisa buscar melhores estratégias para lidar com essa questão. O relatório final, a ser votado pelos senadores, é resultado de sete meses de trabalho de uma comissão parlamentar de inquérito que passou a maior parte do tempo esvaziada e recebeu uma série de críticas, como acusações de espetacularização e desvio de função durante audiências.

O prazo final para o funcionamento da CPI é este sábado, quando o relatório precisa ter sido apreciado. Integrandos da comissão se movimentam para conseguir mais tempo, sob o argumento de que importantes convocados ainda não foram ouvidos, como a influenciadora Deolane Bezerra, liberada a comparecer ao Senado por um habeas corpus do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça. Mas o esforço tende a ser em vão. O que se diz nos corredores é que o presidente da Casa, Davi Alcolumbre, teria se irritado com o “show midiático” criado quando Virgínia Fonseca, outra famosa influenciadora, esteve na CPI e que pretende pôr fim ao colegiado.

O, digamos, desconforto tem razão de ser. Além das dispensáveis cenas de tietagem, parlamentares ouviram de Virgínia provocações que deveriam causar, no mínimo, um constrangimento. O que dizer do “Então, aí, tá complicado”, proferido pela influenciadora quando questionada se recebe “pedidos de socorro” das famílias endividadadas? Ela foi além: “Se realmente faz tão mal para a população, proíbe tudo (...) Se for decidido por vocês que tem que acabar, eu concordo que tem que acabar”.

O relatório a ser votado prevê a manutenção das apostas esportivas — que,

na avaliação da relatoria, trouxe ganhos ao esporte nacional —, desde que sejam adotadas “medidas de regulação mais rígidas”. Sugere também o indiciamento de 16 pessoas, incluindo Virgínia e Deolane, além de empresários e representantes das casas de apostas, e apresenta medidas para ajudar a minimizar os danos aos apostadores.

Os indiciamentos não são automáticos. Trata-se de uma sugestão a ser avaliada por órgãos competentes, como o Ministério Público. Quanto às medidas, cabe questionar se algumas serão de fato eficazes, como estabelecer que as apostas sejam disponibilizadas apenas à noite e parte da madrugada, o que pode, inclusive, facilitar a prática entre dependentes; e proibir a participação de inscritos no Cadastro Único (CadÚnico), uma proposta que gera controvérsias jurídicas.

O fato é que o país perde tempo ao não tratar a questão das apostas on-line de forma consistente. Dados do ano passado já indicavam a ocorrência de movimentações bilionárias, e a divulgação das cifras veio acompanhada de promessas de enfrentamento por parte do Executivo federal. Um relatório divulgado, mês passado, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), porém, afirma faltar “articulação efetiva” entre os ministérios na adoção de providências.

Em artigo publicado neste **Correio**, o ex-ministro da Defesa e da Segurança Pública Raul Jungmann alertou que há uma “omissão regulatória que abre espaço para evasão fiscal e lavagem de dinheiro por parte das bets” e que, ao não regulamentar esse mercado, o país, que enfrenta forte crise fiscal, perde a oportunidade “de transformar um mercado bilionário em uma fonte” de financiamento de “setores estratégicos sem aumento de carga tributária”. É pauta para um bom e responsável debate, como se espera no tratamento de qualquer questão que gere grande impacto na sociedade brasileira.

Brian Wilson 1942-2025



» Sr. Redator

» Cartas ao Sr. Redator devem ter, no máximo, 10 linhas e incluir nome e endereço completo, fotocópia de identidade e telefone para contato.
» E-mail: sredat.df@dabr.com.br

Elites

Todo agente público tem parcela de responsabilidade pela ineficiência do Estado, seja porque, equivocadamente, promoveu a instalação de medida causadora de prejuízo, seja porque não teve competência para evitar que tal medida fosse adotada. A população elege político para exercer governança, e o resultado dessa governança está estampado na renda per capita, no IDH, no percentual de famílias que dependem de ajuda do governo para comer, entre outros fatores. O fracasso social brasileiro e o sucesso da Suíça devem-se, única e exclusivamente, às respectivas elites políticas. Dado o resultado alcançado, a elite política brasileira revela-se uma das mais incompetentes ou uma das mais cruéis do planeta, e, nesse caso, quanto mais antiga a oligarquia, maior a sua responsabilidade. Agora, as redes sociais esclarecem, e essas oligarquias sentem-se ameaçadas. O que fazer? Reformar a política ou silenciar as redes?

» **Rubi Rodrigues**
Octogonal

IOF

Ao dizer que as medidas de compensação do IOF só “mexem com dono de cobertura”, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, ignora que a maioria dos investidores de LCIs e LCAs são pequenos investidores. Na prática, o governo mira nos ricos e acerta os pobres, uma vez que a medida afeta a todos e atinge o consumo básico. É uma verdadeira desconexão com a realidade, vinda de um governo que, em vez de cortar privilégios, encarece a vida de quem paga a conta.

» **Ricardo Santoro**
Lago Sul

Fiscalização

Temos a maior dificuldade em encaminhar denúncias e pedidos de atuação no Procon e na Vigilância Sanitária no DF. Aqui, na Asa Sul, supermercados estão vendendo frios vencidos em bandejas fatiados, assim como carne vencida e excesso de sebo na carne moída, sem qualquer fiscalização dos órgãos de defesa do consumidor e da saúde da população. Para atuarem e cumprirem suas obrigações, exigem preenchimento de formulários, envio de documentos. Enfim, um excesso de burocracia que acoberta a omissão e a cumplicidade em relação a crimes ao consumidor. É necessária uma ação urgente do Ministério Público e de outros órgãos fiscalizadores para que tenhamos uma atuação séria, decente e eficiente do Procon (o pior do país!) e da Vigilância Sanitária. A certeza da impunidade e a ausência de fiscalização expõe a população a todo tipo de irregularidade desses supermercados.

» **Erica Maria Holanda**
Asa Sul

Fraudes

O nosso país tem uma justiça lenta, omissa e com penas brandas que beneficiam criminosos. Além disso, temos na nossa sociedade um terreno fértil para que golpistas fraudem, desviem recursos e apliquem golpes. Muitos brasileiros adoram o lema “levar vantagem em tudo”. Com isso, acabam caindo em golpes na internet e nas ruas ou nos celulares. Nesta terça-feira, no jogo Brasil x Paraguai pelas eliminatórias, cerca de 50 torcedores não puderam entrar

Desabafos

» Pode até não mudar a situação, mas altera sua disposição

Indicados ao processo de canonização:
São Mauro Cid, Santo Alexandre Ramagem, Santo Almir Garnier, Santo Anderson Torres, Santo Augusto Heleno, São Jair Bolsonaro, São Paulo Sérgio Nogueira e São Walter Braga Netto.

Vital Ramos de V. Júnior — Jardim Botânico

Bolsonaro chama de “malucos” apoiadores que pedem intervenção militar. Conclusão: não dê papo para maluco.

Abraão F. do Nascimento — Águas Claras

Depois de planejar um golpe de Estado, ex-presidente disse que seus seguidores são “malucos”. Um jeito amável de agradecer aos que acreditaram no retorno da ditadura militar.

Elvira Gonçalves — Sudoeste

Brasil comemorando 1 x 0 em cima do Paraguai! Que fase! Nunca que essa combinação foi tão perfeita.

José R. Pinheiro Filho — Asa Norte

na Neo Química Arena por terem adquirido ingressos falsos no Instagram. Os golpistas aplicaram o golpe porque brasileiro gosta de levar vantagem. Ao ver ingresso mais em conta, foi comprando sem checar a procedência. Na cidade de Bauru, em São Paulo, a Polícia Civil desmantelou uma quadrilha que “fabricava” anabolizantes com insumos do Paraguai sem autorização da Anvisa, colocando em risco a vida das pessoas. Quem comprou o fez para levar vantagem financeira, favorecendo os criminosos.

» **Rafael Moia Filho**
Bauru (SP)

Golpe de Estado

Os envolvidos do núcleo crucial da tentativa de golpe de Estado, em seus depoimentos aos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), responderam às perguntas de modo que mais pareciam aulas ensaiadas e orquestradas pelos advogados. O que estamos vendo nesses depoimentos é um verdadeiro circo armado, em que o chefe do bando é o ex-presidente Bolsonaro. Ficou claro que esses réus nunca levaram e continuam não levando a justiça brasileira a sério. A democracia brasileira está acima de todos eles e, com certeza, todos os envolvidos serão punidos com o rigor da lei.

» **Evanildo Sales Santos**
Gama



CIDA BARBOSA
cidabarbosa.df@dabr.com.br

A vergonha do trabalho infantil

Em 2023, o Brasil tinha 1,607 milhão de crianças e adolescentes de 5 a 17 anos em situação de trabalho infantil, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). É o menor contingente desde 2016. Segundo o instituto, houve uma redução de 14,6% em relação a 2022 (que registrou 1,881 milhão) e de 23,9% ante 2016 (2,112 milhões). Avançamos, sim, no combate a essa chaga, mas a situação segue preocupante.

O Brasil se comprometeu, como signatário da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, das Nações Unidas, a erradicar o trabalho infantil, em todas as suas formas, até 2025. Está claro que não cumpriremos.

Trabalho infantil é uma violação dos direitos de meninos e meninas, uma usurpação da infância e da adolescência. Prejudica o desenvolvimento físico e mental deles. E, a depender da atividade que exercem, estão sujeitos a acidentes, com riscos de sofrerem deformações, mutilações e até morte. Há, ainda, o perigo de contraírem doenças ou serem explorados e abusados sexualmente.

A lista de danos é mais vasta. O trabalho infantil tende a perpetuar a penúria em que vivem, porque pode afetar o futuro profissional deles. Cansados, não aproveitam plenamente os estudos, ou acabam abandonando a escola. Na vida adulta, sem a qualificação necessária para buscar boas vagas no mercado de trabalho, acabam relegados a subempregos.

Nesta semana, o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) divulgou que as ações de fiscalização feitas entre 2023 e abril de 2025 retiraram 6.372 crianças e adolescentes de situações de trabalho infantil em todo o país. Conforme a pasta, do total de casos, 86% envolviam as piores formas de trabalho infantil, ou seja, que provocam riscos à saúde e ao desenvolvimento — entre as atividades, estavam as exercidas em oficinas mecânicas, na agricultura, na pecuária e no comércio.

É urgente que Estado e sociedade encarem o problema com a seriedade que ele demanda, sem naturalização. Tem de haver um esforço conjunto e políticas públicas efetivas para esse combate. Estamos imensamente atrasados.

CORREIO BRAZILIENSE

“Na quarta parte nova os campos ara
E se mais mundo houvera, lá chegara”
Camões, e, VII e 14

GUILHERME AUGUSTO MACHADO
Presidente

Leonardo Guilherme Lourenço Moisés
Vice-Presidente executivo

Ana Dubeux
Diretora de Redação

VENDA AVULSA

Localidade	SEG/SÁB	DOM
------------	---------	-----

DF/GO	R\$ 5,00	R\$ 7,00
-------	----------	----------

Assine

(61) 3342.1000 – Opção 01 ou (61)99966.6772 Whatsapp

* Preços válidos para o Distrito Federal e entorno.

Consulte a Central de Relacionamento (3342-1000) ou (61)991.58.8045 Whatsapp, para mais informações sobre preços e entregas em outras localidades, assim como outras modalidades e formas de pagamento. Assinaturas com forma de pagamento em empenho terão valores diferenciados. Aquisição de assinaturas para atendimento de demanda de licitação é sob consulta. Preços válidos para até 10 (dez) assinaturas por CPF ou CNPJ.

Anuncie

Publicidade: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585 Whatsapp
Publicidade local: (61) 3214.1245 ou (61) 98169.9999 Whatsapp
Classificados: (61) 3342.1000 ou (61) 98169.9999 Whatsapp

ASSINATURAS*

SEG a DOM

R\$ 1.187,88

360 EDIÇÕES

(promocional)

S.A. CORREIO BRAZILIENSE – Administração, Redação e Oficinas Edifício Edison Varela, Setor de Indústrias Gráficas - Quadra 2, nº 340 - CEP 70610-901. Rede Interna: 3214.1078 - Redação: (61) 3214.1100; Comercial: (61) 3214.1339 ou (61) 99555.2585Whatsapp.



Endereço na Internet: <http://www.correioweb.com.br>
Os serviços noticiosos e fotográficos são fornecidos pela AFE Agência Estado e DA Press. Tel: (61) 3214-1131



DA Press Multimídia
Atendimento pessoalmente para pesquisa em jornais e cópias:
SIG Quadra 2, nº 340, bloco I, Subsolo - CEP: 70610-901 - Brasília - DF de segunda a sexta, das 9h às 18h.

Atendimento para venda de conteúdo:
Por e-mail, telefone ou pessoalmente: de segunda a sexta, das 9h às 22h/
sábados, das 14h às 21h/ domingos e feriados, das 15h às 22h.
Telefones: (61) 3214.1575 / 1582 / 1568.
E-mail: dapress@dabr.com.br Site: www.dapress.com.br